

Um mosaico incrustado entre dois mitos: a narrativa paradoxal de *Partes de África*

letrônica

Gustavo Henrique Rückert (UFRGS)¹

O todo é mais um caos que coisa suscetível de definição. É o ponto em que se encontram todas as diversidades que formam a grande desarmonia.

Antero de Quental

1 Portugal: da fundação à refundação mítica

Definir mito é, sem dúvida, tarefa bastante complicada, senão inglória. Ao longo da história, diferentes sociedades desenvolveram diferentes relações com ele e, conseqüentemente, diferentes formas de entendê-lo. Da mesma maneira, diferentes áreas do conhecimento estudaram-no e procuraram em seus mais variados aspectos diversas respostas para as suas proposições. Diante dessa impossibilidade de fechamento conceitual, Mircea Eliade, em *Mito e realidade* (2006), articula uma interessante (in)definição, listando algumas possíveis características dos mitos:

A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças à façanha dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma

¹ Mestrando em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a *ser*. (2006, p. 11)

Dentre as possibilidades levantadas, há certa evidência para a questão da criação. História sagrada, tempo primordial, princípio, existir, *ser*. Permite-se pensar, portanto, que o mito conta (do grego *mytho*: narrativa, o que é dito) alguma origem. Joseph Campbell, em *As transformações do mito através do tempo* (1993), explica que o mito não se opõe à realidade, mas é constituído de matéria da nossa própria vida. É claro que a ideia de Campbell encontra suporte na psicanálise, uma vez que a existência de uma narrativa primeira, ao conectar a identidade presente com um passado comum, revela anseios de um inconsciente compartilhado por determinada sociedade, ou “inconsciente coletivo”, como quer Carl Jung (1980).

Cabe lembrar, ainda, que as noções de verdade e de ficção, comuns nas utilizações mais recentes do vocábulo, não detinham importância para as narrativas de origem. O mito era presentificado, ou seja, ao ser evocado no discurso já era conferida a sua existência. Para os gregos clássicos, não havia qualquer suspeita acerca da isomorfia entre palavra e ideia. Dessa forma, por meio de épicas narrativas, muitos mitos foram elementos cruciais para a constituição da identidade das nações ao longo da história, sendo chamados de mitos fundadores.

O mito fundador da identidade portuguesa está estreitamente relacionado com ações expansionistas (cruzadas, colonização) sob sustentação religiosa católica (missão civilizatória). De acordo com o imaginário luso, Portugal seria um povo escolhido por Deus para defender e difundir pelo mundo a fé católica. Na véspera da Batalha de Ourique (quando os mouros foram expulsos dos arredores do Tejo), Jesus Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques, afirmando que a espada de seu povo puniria todos inimigos da Cruz. No dia seguinte, ao vencer a batalha, D. Afonso Henriques foi proclamado rei pelos guerreiros e começou a constituir-se então o reino de Portugal. Na literatura, o mito que defendia a ideia de um povo messiânico e encarregado de fundar o reino de Deus na terra foi amplamente difundido por inúmeros autores, entre eles Fernão Lopes, Luís de Camões e Padre Antônio Vieira.

Apesar de os mitos fundadores serem uma das sólidas bases da construção identitária, como é o caso português, Marilena Chauí, em *Brasil: mito fundador da sociedade autoritária* (2010), mostra-nos que a relação da sociedade com o mito não é estática e passa por constantes reformulações. De acordo com a filósofa:

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). (2010, p. 10)

Para Boaventura de Sousa Santos, a identidade portuguesa não está baseada apenas em uma reorganização, mas em uma substituição de seu mito fundador conforme novas necessidades históricas. O sociólogo português define, em artigo intitulado *Portugal: tales of being and not being* (2009), com o conceito de transmitificação essa passagem, quando o país assume um novo mito fundador. De acordo com ele,

Através dessas mudanças, Portugal tornou-se o único país europeu que teve a oportunidade de fundamentar sua identidade no curso de sua trajetória histórica e, de fato, abraçar um novo mito fundador. O mito da expansão foi seguido pelo mito da Europa, um século depois da refundação proposta por Antero de Quental. Por muito tempo, o primeiro mito prevaleceu enquanto o segundo era apenas emergente, mas o movimento de transmitificação parece ser aparente. Em termos socioculturais – para não mencionar as dimensões políticas e econômicas – este é um processo particularmente complexo. Durante o grande momento de rejeição, o mito da expansão forneceu a Portugal um imaginário que permitiu ao país “dispensar” a Europa por causa do interesse colonial. Durante o grande momento de aceitação, o mito da Europa forneceu um imaginário que permitiu a Portugal “dispensar” as colônias por fazer parte da Europa. (2009, p.24-25, tradução minha).

Dessa forma, o grande impasse da identidade lusa está na oposição desses dois mitos que, no fim das contas, leva a dois modos distintos de produção. Se por um lado Portugal fora a vanguarda da Europa na expansão marítima, por outro lado a exploração e a espoliação propiciadas pelo sistema colonial foram a própria ruína da potência que, num pequeno território voltado para o mar, lançava-se ao horizonte com vistas a fundar o quinto império. O processo de modernização e industrialização que se instalou no continente europeu não foi acompanhado pelo país, que, por ser vasto império, poderia dispensar a Europa. Percebendo a condição coadjuvante do país (semiperiférica para utilizar um conceito de Boaventura), o **Letrônica**, Porto Alegre v.5, n. 2, p.382, jun./2012.

grupo de intelectuais composto por Carlos Eduardo da Maia, João da Ega, Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis e Ramalho Ortigão reclamava da realidade arcaica em dissonância com a modernização da Europa. “Orgulhosamente sós”, dizia o famoso slogan salazarista. No entanto, é na segunda metade do século XX, justamente no declínio do governo de Salazar, que ocorre o processo de transmitificação. A libertação das colônias africanas e o fim do regime fascista esfacelam de vez o que restava do sonho (e do imaginário mítico) do império. São esses fatores, porém, que permitem a Portugal refundar-se num novo mito: a aceitação da Europa.

2 O significado da forma: uma África em pedaços

Em entrevista concedida à Jane Tutikian (2010)², Helder Macedo, questionado em relação ao diálogo da literatura portuguesa contemporânea com a história do país, apresenta uma leitura bastante semelhante à aqui apresentada por meio da transmitificação proposta por Boaventura:

Os portugueses sempre tiveram a obsessão da História ou, talvez mais propriamente, da História que imaginam ser a sua. Daí o movimento pendular entre uma ideia excessiva de grandeza e um sentimento excessivo de decadência. (...) A aventura imperial portuguesa levou à criação de elites parasíticas e à marginalização da maioria potencialmente produtiva. Não é por acaso que, ainda em meados do Século XX, com uma colônia tão rica como Angola, Portugal permanecesse um dos países mais pobres da Europa Ocidental. E, antes disso, tinha havido o Brasil. (...) O 25 de Abril de 1974, a chamada Revolução dos Cravos, não permitiu apenas que as colônias se tornassem independentes de Portugal, permitiu que Portugal se tornasse independente das colônias, levou à descolonização de Portugal, permitiu que Portugal se tornasse num país normal, um país mais parecido com os outros. O que também teve a ver com a entrada na Comunidade Europeia (...) (2010, p. 119-120).

As ideias excessivas de grandeza e de decadência apresentadas por Helder Macedo nada mais são que a ascensão e o declínio do primeiro mito, o da expansão, e do seu consequente sistema colonial. Ao final da citação, o autor indica o movimento de substituição dos mitos, com a entrada para a Comunidade Europeia. No entanto, para que essa aceitação

² Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2010n10p119/pdf>. Acesso em 20/03/2012.

ocorresse, foi necessária a revisão do passado português e, com isso, o distanciamento da identidade de um povo representante de Deus na terra e convocado para uma missão. Aliás, se a missão era levar a civilização ao oriente, o retrato que os romancistas fazem das terras da África mostra que o projeto falhou por inteiro. A literatura revela mais do que a imagem dos países mutilados por séculos de exploração: a imagem de um Portugal, ou de um ocidente, fracassado nos propósitos da modernidade, tateando em busca de novas identidades nessa falência dos mitos originais. É por meio dessa perspectiva que será analisada a obra *Partes de África* (romance que teria sido o primeiro de caráter pós-colonial em Portugal), buscando o diálogo entre a narrativa e a própria construção histórica e, por consequência, identitária.

Maria Lúcia Dal Farra (1999, p. 60) explica que “o escritor é sempre alguém determinado biograficamente, que escreve sobre fatos, experiências, sensações, enfim, sobre todos os dados do seu conhecimento e do seu repertório”, ou, como disse o próprio Helder Macedo em referência à filosofia de José Ortega y Gasset ao iniciar sua palestra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2010, “eu sou eu e as minhas circunstâncias”³. Essa impossibilidade da objetividade ou da neutralidade na escrita é levada às últimas consequências em *Partes de África*, visto que “esse livro não é sobre mim [autor- narrador] mas a partir de mim, condutor biograficamente qualificado das suas factuais ficções” (1999, p.221).

Esse “condutor biograficamente qualificado” que se apresenta ao leitor no romance é justamente um certo HM, na altura de cinquenta e tal anos, professor da Cátedra Camões no King’s College, que passa férias sabáticas em viagem à África e, por meio das fragmentadas memórias de sua infância no continente, conduz o leitor para suas factuais ficções, que são ao mesmo tempo uma crônica minimalista de família e um retrato do colonialismo português. Dessa maneira, o texto se dá como escritura e não como escrita. De acordo com o *Glossário de Derrida* (1976), coordenado por Silviano Santiago, a escritura “permite a articulação da fala e da escrita em sentido corrente” (p.30). Assim, o texto apresenta uma noção de processo, de abertura, de indefinição, provocando uma sensação de que o tempo da leitura é concomitante ao da escrita.

É por meio dessa escritura de lembranças que o autor vai explorando os paradoxos decorrentes de seus factos ficcionais ou de suas ficções factíveis. Esses opostos não chegam

³ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=iLXjVKF7VxE>. Acesso em 20/03/2012.

jamais a uma síntese dialética, pois são apresentados no seu próprio caráter de contradição. De um lado há os factos, que evocam a realidade e a História Oficial, com suas pretensões de verdade. Esse lado é personificado pela figura autoritária do Pai de HM, administrador do sistema colonial na África, “não era homem dado às metáforas e o seu estilo, que Stendhal aprovaria, era o caminho mais rápido entre um nome e um verbo” (1999, p.10). A África retratada por ele era a África dos sóbrios, pretensamente neutros e verdadeiros, relatórios e mapas de trajetos reais. Já do outro lado desse oxímoro, há a ficção, que evoca a questão do imaginado, da história particular e familiar e da Literatura. Aqui a personificação é realizada no próprio autor-narrador HM, dado aos vícios das metáforas, consciente de que o imaginário atua sobre a memória. A África desse retrato é imprecisa, marcada pela recordação da imaginação infantil, simbolizada nas ilhas de fantasia desenhadas sobre os mapas reais.

Apesar da marcada oposição, fica evidente que essas são duas partes indissociáveis da África e a mútua compreensão é imprescindível. Se Aristóteles, na *Poética* (2005), havia afirmado que a diferença entre o historiador e o poeta reside no fato de que “um narra acontecimentos e o outro, fatos que podiam acontecer” (2005, p.28), hoje se sabe o quanto de ficção há na narrativa histórica. Para começar, o acesso que temos à história é, na verdade, àquilo que dela se escreveu. E o que se escreve acerca da história parte de um autor com suas circunstâncias e que pretende organizar em uma lógica linguística e em uma linearidade textual aquilo que selecionou narrar.

Aliás, o certo HM que conduz o leitor na obra em questão apresenta em si essa condição paradoxal. As características atribuídas remetem à categoria empírica do autor, Helder Macedo, crítico e professor de literatura. No entanto, ao adentrar o texto romanesco ele assume condições específicas, que remetem à categoria ficcional de narrador, que não deixa de ser uma personagem da obra. Da mesma forma, esse autor-narrador-personagem também questiona a categoria ficcional (e mesmo não ficcional) dos outros elementos de sua escritura: “poderei assim mudar os nomes, as circunstâncias, as relações de família ou de amizade, atando várias pontas de vidas reais e/ou imaginadas com nós verdadeiros de laços fingidos” (1999, p. 10).

Essa confusão teórica propositalmente criada pelo estudioso da literatura Helder Macedo, que ao explorar o paradoxo dos factos ficcionais torna mais real a matéria ficcional e mais ficcional a matéria real, acaba por questionar a própria noção de verdade. O narrador,

oblíquo e dissimulado, faz questão de provocar a desconfiança de seu leitor. Quando Jane Tutikian, na já citada entrevista (2010), questiona o autor acerca dessa característica, referindo ao conceito de Wayne Booth, ele explica que esse eu autoral, parcialmente autobiográfico, só não é digno de confiança justamente para ser digno de confiança, visto que sempre somos imprecisos ao tentar representar qualquer veracidade (2010, p. 121).

Sendo assim, somos levados a crer que os narradores menos confiáveis são os dignos de confiança, pois simulam uma narrativa total, neutra e fechada, que na ilusão da referência direta encobre o relativismo, o subjetivismo e o aspecto discursivo inerente ao próprio ato de narrar. Conforme afirmou Enoch Powell (1969, p.245), “a vida das nações, assim como a dos homens, é vivida, em grande parte, na imaginação” (tradução minha). Soma-se aí a ideia defendida por Stuart Hall (2006) de que a identidade é uma construção discursiva que pretende conectar simbolicamente passado, presente e perspectiva de futuro. As identidades dos homens e da nações, portanto, não são qualquer outra coisa senão narrativas. E nesse sentido, Helder Macedo, em *Partes de África*, revela o caráter deslizante e fragmentário dos mecanismos narrativos na sua rememoração individual e, conjuntamente, na reconstituição do passado colonial.

Essa narrativa que é *pharmakon*, conforme o conceito de Derrida⁴, que por descobrir encobre, que por revelar vela, vai construindo, nos interstícios da memória familiar, o retrato de uma África que cobrava uma conta “em suicídios, exílios, prisões, cirroses, guerras, vidas escangalhadas de misérias, até sermos agora mais os mortos do que os vivos” (1999, p.101). Pensando-se que o arranjo formal de uma obra é tão significativa quanto o são os personagens e o enredo, conforme o próprio autor na já referida entrevista (2010, p. 121), então a estrutura fragmentada da obra, ao misturar romance, autobiografia, relatórios do Pai, a transcrição de um *Drama Jocosos* de um outro autor fictício que se passa durante o caos de Portugal na ditadura salazarista, críticas e teorias literárias envolvendo leituras desde Fernão Mendes Pinto até Sá-Carneiro, e tantos outros elementos no que o autor-narrador definiu como um “mosaico incrustado de espelhos” (1999, p.39), retrata uma África, como o título anuncia, em pedaços.

3 Retalhos de um espelho em África: identidade portuguesa

⁴ Mais uma vez conforme o *Glossário de Derrida*, coordenado por Santiago. (1976, p.65)
Letrônica, Porto Alegre v.5, n. 2, p.386, jun./2012.

De acordo com Patrick Chabal (1998), a identidade nacional dos países europeus se constituiu, principalmente, a partir do século XV. Não à toa, esse é um período de expansão marítima e de constantes descobertas de territórios além-mar. Sendo assim, a identidade civilizada dos países ocidentais foi construída a partir da alteridade em relação à “barbárie” vivida pelos nativos da América, da África e da Ásia. Como diria Edward Saïd, o oriente é uma invenção do ocidente (2003).

Nesse sentido, a obra de Helder Macedo, no fim das contas, não trata acerca de pedaços da África, mas de pedaços de Portugal. Teresa Cristina Cerdeira, na contracapa da obra (1999), afirma: “*Partes de África* se tece de naufrágios da história, certamente, ao dar conta de um tempo que assinala o fim dos impérios, mas também dos mágicos naufrágios da cultura”. Ao mostrar na África o naufrágio da história portuguesa, que é o naufrágio do mito da expansão e do Império, é desencadeado todo um processo de desconstrução de crenças e de conceitos do passado. É como um Lobo Antunes, que apresenta em uma condição profana e cômica os elevados personagens da história lusa, ou como um Saramago, que acrescenta um “não” frente ao relato consolidado da História Oficial.

Como refletiu o próprio Helder Macedo na entrevista citada, “nunca ninguém é como foi nem como vai ser, só pode ser como está sendo, mesmo quando não dá por isso” (2010, p. 121). Assim, a visão dos retalhos da África revelam a própria fragmentação da possibilidade de narrar e, conseqüentemente, de descrever a História. O naufrágio do mito expansionista acaba por esfacelar a identidade portuguesa. O Portugal de *Partes de África* não é o que foi/quis ser (o Império de Deus na terra) e nem o que quer ser (Europa). É, por enquanto, essa coisa que está sendo e não se dá conta: um mosaico incrustado entre dois mitos. No entanto, para ser o país europeu que se quer ser (como já sonhara Antero) não basta uma revolução que não é revolução, porque é antes um golpe militar; não basta abandonar as crenças do passado. É preciso revisitá-las, entendê-las, assumi-las e superá-las como indica a obra ficcional no momento em que HM, após a morte do pai, passa a reconhecê-lo e reconcilia-se com o passado pessoal.

Referências

- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CAMPBELL, Joseph. *As transformações do mito através do tempo*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CHABAL, Patrick. *What is Africa?* Interpretations of post-colonialism and identity. In: ROSA, Victor Pereira da; CASTILLO, Susan (orgs.) *Pós-colonialismo e Identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador da sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. *Réquiem para a metaliteratura*. In: CARVALHAL, Tânia Franco; TUTIKIAN, Jane Fraga (orgs.). *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 59-65.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Jane Tutikian entrevista Helder Macedo, um dos grandes escritores portugueses da atualidade*. Florianópolis: Revista Outra Travessia. n.10 2010. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2010n10p119/pdf>. Acesso em 20/03/2012.
- JUNG, Carl Gustav. *The Archetypes and the Collective Unconscious*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- MACEDO, Helder. *Partes de África*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Palestra com Lídia Jorge e Helder Macedo*. Porto Alegre, UFRGS: 2010. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=iLXjVKF7VxE>. Acesso em 20/03/2012.
- POWELL, Enoch. *Freedom and reality*. Farnham: Elliot Right Way Books, 1969.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTIAGO, Silviano (Org.) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: tales of being and not being*. North Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth, 2009. Disponível em http://www.plcs.umassd.edu/docs/sousasantos_090414.pdf. Acesso em 20/03/2012.

Recebido em março de 2012.

Aceito em junho de 2012.

Contato: gh.ruckert@ig.com.br